

João Colombo Agrícola S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas das demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

João Colombo Agrícola S.A.

Ariranha – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da João Colombo Agrícola S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da João Colombo Agrícola S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de receita é realizada com parte relacionada e coligada Colombo Agroindústria S.A., conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e 12 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 03 de junho 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/0-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

João Colombo Agrícola S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.387	35.137	Impostos e contribuições a recolher		6	6
Contas a receber	6	1	745	Imposto de renda e contribuição social a recolher	8	15	17
Outros ativos		138	143	Salários e encargos a recolher		21	14
				Dividendos a pagar	12	7.038	7.283
Total do ativo circulante		36.526	36.025	Outras obrigações		2	2
						7.082	7.323
Não circulante				Total do passivo circulante			
Propriedade para investimentos	7	426.209	426.209				
		426.209	426.209	Não circulante			
Total do ativo não circulante		426.209	426.209	Passivo fiscal diferido	8	100.758	100.758
				Total do passivo não circulante		100.758	100.758
				Patrimônio líquido			
				Capital social		129.176	129.176
				Reservas de lucros		30.130	29.388
				Ajustes de avaliação patrimonial		195.589	195.589
				Total do patrimônio líquido		354.895	354.153
				Total do passivo		107.840	108.081
Total do ativo		462.735	462.234	Total do passivo e patrimônio líquido		462.735	462.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receita operacional líquida	11	31.343	31.236
Lucro bruto		31.343	31.236
Despesas administrativas		(692)	(623)
Outras receitas		37	-
Outras despesas		(1.683)	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		29.005	30.613
Receitas financeiras		2.000	1.543
Despesas financeiras		(2)	(2)
Resultado financeiro líquido		1998	1.541
Resultado antes dos impostos		31.003	32.154
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(1.373)	(1.488)
Imposto de renda e contribuição social		(1.373)	(1.488)
Lucro líquido do exercício		29.630	30.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	29.630	30.666
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	29.630	30.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de março de 2024	129.176	6.005	28.394	-	195.589	359.164
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.666	-	30.666
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(28.394)	-	-	(28.394)
Reserva legal	-	1.533	-	(1.533)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.283)	-	(7.283)
Reserva de retenção de lucro	-	-	21.850	(21.850)	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	129.176	7.538	21.850	-	195.589	354.153
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.630	-	29.630
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(21.850)	-	-	(21.850)
Reserva legal	-	1.481	-	(1.481)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.038)	-	(7.038)
Reserva de retenção de lucro	-	-	21.111	(21.111)	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	129.176	9.019	21.111	-	195.589	354.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		29.630	30.666
Imposto de renda e contribuição social	8	1.373	1.488
Contas a receber		744	(547)
Fornecedores		(1)	1
Salários e encargos a recolher		7	(1)
Tributos a recolher		-	1
Outros ativos		7	(25)
Outros obrigações		(2)	(2)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		31.758	31.581
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.376)	(1.475)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		30.382	30.106
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	12	(29.132)	(37.858)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(29.132)	(37.858)
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		1.250	(7.752)
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5	35.137	42.889
No fim do exercício	5	36.387	35.137
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		1.250	(7.752)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A João Colombo Agrícola S.A. (“Companhia” ou “Entidade”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, pertencente ao Grupo Colombo (Angelina Colombo Participações S.A.). A Companhia tem como objetivo principal a gestão patrimonial das terras do Grupo Colombo e a parceria agrícola com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A. visando o fornecimento de cana-de-açúcar para o Grupo. Toda a receita da Companhia é com sua parte relacionada Colombo Agroindústria S.A., portanto essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para a maturação e início de colheita. O período anual de safra da companhia inicia em abril e termina até março.

A Companhia é controlada pela *holding* Angelina Colombo Participações S.A. com participação de 98,20% no capital votante.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas pela administração (“Administração”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 03 de junho de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não realizou quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação àquelas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Receita operacional

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas:

- (i) Identificação de contratos com clientes;
- (ii) Identificação de obrigações de desempenho nos contratos;
- (iii) Determinação do preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos.
- (v) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida através de arrendamento pago em produto pelo contrato de parceria, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

(b) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a tributação com base no lucro presumido, em regime de competência, para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda corresponde a 8% de suas receitas operacionais. Para a apuração da contribuição social sobre o lucro líquido, a base de cálculo representa 12% das referidas receitas. Sobre estas bases somam-se ainda as outras receitas operacionais (preponderantemente as receitas financeiras).

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes pelo regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(c) Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é reconhecida pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

(d) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atendam os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado do exercício. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos a terceiros ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, a terceiros, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. (CPC51) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

(CPC51) substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações serão agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas, novas e alteradas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Instrumentos Financeiros - Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC48 e CPC40; e
- Instrumentos Financeiros -Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC48 e CPC40).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras (i)	36.386	35.136
Total	36.387	35.137

- (i) As aplicações financeiras, compostas majoritariamente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, tiveram rentabilidade entre 98% e 105% do CDI no exercício (98% a 107,7% do CDI em 31 de março de 2025), sem impactos significativos de mudanças no mercado financeiro.

6 Contas a receber de clientes

O saldo do contas a receber da Companhia tem estimativa de realização no curto.

	2026	2025
Contas a receber com partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	1	745
	1	745

A composição dos valores a receber por vencimento é a seguinte:

	2026	2025
Valores a vencer	1	745
Total	1	745

7 Propriedades para investimento

	2025	Adições	2026
Terras	420.611	-	420.611
Floresta	5.598	-	5.598
Total	426.209	-	426.209

	2024	Adições	2025
Terras	420.611	-	420.611
Floresta	5.598	-	5.598
Total	426.209	-	426.209

Propriedades para investimento refere-se a terras que são utilizadas em conjunto com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A. para a produção de cana-de-açúcar. Referida operação é realizada na modalidade de Parceria Agrícola. O atual contrato de parceria tem vigência de 30 anos.

O valor justo das propriedades para investimento em 31 de março de 2026 é de R\$ 2.051.323.

Para a determinação do valor justo do imóvel, a variação foi calculada de acordo com os procedimentos das Normas da ABNT NBR 14653 e do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, através do Método Involutivo realizada por uma empresa avaliadora independente.

De acordo com a Norma da ABNT NBR 14653 e pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, as glebas de terra foram avaliadas com base no "Método Comparativo de Dados de Mercado", através de dados de mercado de imóveis semelhantes ao avaliado, à venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região.

Nesse sentido, efetuou-se pesquisa de mercado na região circunvizinha do imóvel avaliado, a fim de obter elementos de comparação, caracterizados por terrenos expostos para venda no livre mercado e que apresentassem as mesmas características do terreno em pauta.

A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o "Nível 2".

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2026	Adições	2025
Mais valia das propriedades agrícolas	100.758	-	100.758
Imposto diferido	100.758	-	100.758

	2024	Adições	2025
Mais valia das propriedades agrícolas	100.758	-	100.758
Imposto diferido líquido	100.758	-	100.758

b. Corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes apurados com base no lucro presumido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que Companhia gera faturamento tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes retidos na fonte excedem o total devido na data do balanço.

A Companhia é optante pela tributação de seu resultado com base no lucro presumido e, portanto, não registra tributos diferidos sobre diferenças temporárias, exceto sobre a mais valia das propriedades agrícolas.

Segue abaixo o resumo da apuração do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o lucro líquido no exercício.

	2026	2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	31.003	32.154
Base de cálculo do imposto de renda (8%)	(2.480)	(2.572)
Base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (12%)	(3.720)	(3.858)
Outras receitas operacionais	713	94
Base IRPJ	(1.767)	(2.478)
Base CSLL	(3.007)	(3.764)
IRRF Aplicação financeira	(649)	(518)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda (25%)	(1.103)	(1.150)
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)	(270)	(338)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.373)	(1.488)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.373)	(1.488)
Alíquota fiscal efetiva	(4%)	(5%)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2026	2025
IRPJ	920	1.005
CSLL	453	483
Saldo a pagar IRPJ e CSLL	1.373	1.488

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social está representado por 129.175.920 ações ordinárias nominativas, (129.175.920 em 31 de março de 2025) sem valor nominal. A controladora final da Companhia é a Angelina Colombo Participações S.A. com 98,20% das ações.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado da reserva legal conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Saldo em 31 de março de 2024	9.464
Dividendos do exercício	7.283
Dividendos complementares	28.394
Pagamentos	(37.858)
Saldo em 31 de março de 2025	7.283
Dividendos do exercício	7.038
Dividendos complementares	21.849
Pagamentos	(29.132)
Saldo em 31 de março de 2026	7.038

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia recebeu parte do acervo líquido da Companhia Agrícola Colombo em 31 de dezembro de 2019 o qual havia custo atribuído (*deemed cost*) reconhecido como previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 27 e Interpretação Técnica - ICPC 10, ajustando assim o custo histórico dos terrenos rurais existentes em 31 de dezembro de 2010.

10 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

	Valor contábil	
	2026	2025
Ativo pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber	36.386	35.136
	36.387	35.137
Outros passivos financeiros		
Outras obrigações	2	2
Dividendos a pagar	7.037	7.283
	7.039	7.285

De acordo com as características dos instrumentos acima representados, seus valores justos se aproximam dos seus respectivos valores contábeis.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimentos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, a exposição da Companhia ao risco de crédito está atrelada integralmente a sua parte relacionada Colombo Agroindústria S.A..

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas tradicionais no mercado.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como o índice de preço do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo – CONSECANA/SP utilizado para a valorização da cana-de-açúcar e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

11 Receita operacional líquida

	2026	2025
Receita bruta		
Receita de arrendamento (cana)	31.343	31.236
	31.343	31.236
Deduções		
(-) Impostos sobre vendas	-	-
Receita líquida	31.343	31.236

12 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

A administração da Companhia é composta pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo. A remuneração da Diretoria é feita diretamente pela parte relacionada Colombo Agroindústria S.A..

b. Transações

As transações entre partes relacionadas da Companhia restringem-se a parcela dos frutos que cabem à Companhia pela exploração agrícola conjunta com a Colombo Agroindústria S.A. (parceria agrícola). Os preços praticados estão de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar, adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A totalidade das receitas dos períodos são decorrentes de transações com partes relacionadas.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março, bem como as transações que influenciaram o resultado, decorrem de transações de venda de cana para partes relacionadas, e foram realizadas em condições definidas entre as partes.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 07 de julho de 2025 foi aprovado pelo conselho de Administração o pagamento de dividendos no montante de R\$ 29.132.(Em 03 de julho de 2024 foi o montante de R\$ 37.858).

	Balanco patrimonial		Resultado	
	2026	2025	2026	2025
Ativo circulante				
Contas a receber (nota explicativa 6)				
Colombo Agroindústria S.A.	1	745	-	-
	1	745		
Passivo circulante				
Dividendos a pagar (nota explicativa 12)				
Angelina Colombo Participações S.A.	(6.910)	(7.152)	-	-
Outros	(128)	(131)	-	-
	(7.038)	(7.283)		

Receita operacional líquida (nota explicativa 11)

Colombo Agroindústria S.A.	-	-	(31.343)	(31.236)
	-	-	(31.343)	(31.236)

13 Evento subsequente

Em 30 de abril de 2026, os acionistas da João Colombo Agrícola S.A. aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, alterações estatutárias e societárias relacionadas ao processo de reorganização societária do grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

No contexto dessa reorganização, foi aprovada a cisão parcial da acionista controladora Angelina Colombo Participações S.A., com a transferência da totalidade da participação societária detida na Companhia para *holdings* familiares de seus acionistas, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial celebrado entre as partes.

A operação está inserida em projeto de reorganização societária, financeira e gerencial do grupo econômico e possui como principal objetivo a segregação de determinados investimentos societários, visando otimização de recursos e maximização de resultados financeiros, gerenciais e operacionais.

A operação foi avaliada a valor contábil, com data-base de 31 de março de 2026, conforme laudo de avaliação emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., nos termos da legislação societária aplicável.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a reorganização societária encontrava-se em fase de implementação e dependia da conclusão dos atos societários, registros e aprovações aplicáveis.

A Administração entende que a operação caracteriza transação entre entidades sob controle comum e está avaliando os impactos contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras futuras.

Composição da Diretoria

Diretoria Executiva

Luis Marcelo Spadotto

Diretor presidente

Fernando Mendes Leal

Diretor financeiro

Marco Aurélio Mendonça Seraphin

Diretor recursos humanos

Clever José de Faria

Diretor vendas varejo

Fernando Dejavit

Diretor comercial

Lucas André Lopes
Diretor operações agrícolas

Hélio Luis Pavani
Diretor de operações industriais

Contador
Marco Aurelio Belotti
TC CRC 149.826